



INSTITUTO SEDES *SAPIENTIAE*
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA – PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO

GLICÉRIA CORREIA LARANJEIRA NETTO

**Racismo no contexto escolar: Um convite à reflexão acerca da possível
relação entre racismo e problemas de aprendizagem.**

São Paulo
2021

INSTITUTO SEDES *SAPIENTIAE*
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA – PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO

**Racismo no contexto escolar: Um convite à reflexão acerca da possível
relação entre racismo e problemas de aprendizagem.**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicopedagogia do Departamento de Psicopedagogia, do Instituto Sedes *Sapientiae*, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Psicopedagogo - Atendimento Clínico e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luíza Colagrossi

São Paulo
2021

Dedico este trabalho aos “filhos da exclusão”
(pretos e pardos) a quem a sociedade racista
aleijou o futuro, bem como o direito de
sonhar...

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras do Instituto Sedes *Sapientiae* pelos momentos de trocas e aprendizados.

À Ma. Marlene C. Alexandroff, a quem eu digo muito obrigada por ter orientado esta pesquisa na fase do projeto.

À Profa. Dra. Ana Luíza Colagrossi (minha orientadora), com quem foi um prazer conviver e trabalhar. Obrigada, por ter entrado em conexão com um tema tão caro à sociedade; acreditando na viabilidade do mesmo. Agradeço, por ter me colocado em contato ao longo desse percurso com pessoas sensíveis que acreditam no potencial da diversidade para transformar a educação e enriquecer o conhecimento.

Agradeço à professora Dra. Sílvia Caralho, por ter aceitado o meu convite para ser a leitora crítica desta pesquisa.

Muito obrigada à Profa. Dra. Maria Cecília Almeida e Silva, por ter disponibilizado seu tempo para ler esta monografia e por suas contribuições valiosas em vários aspectos.

Obrigada Karina Fasson e Clarissa Brito da Silva, por terem socializado suas pesquisas, cujo tema dialoga com este trabalho.

Aos colegas do curso, com quem tive momentos de trocas de saberes.

Aos meus filhos Gabriela C. L. Neto e Diogo C. L. Netto, por serem exemplos éticos e acadêmicos. Presenças de luz que me mantêm inspirada todos os dias.

A meu marido, Marcelo, pelo apoio e companheirismo de sempre.

Aos meus pais, Albino e Maria (em memória), por terem me ensinado na prática a respeitar e conviver com a diversidade. Por serem exemplos de que a vida sem humanidade não faz sentido.

Aos meus amigos e amigas, por respeitarem a minha fé “sincretizada”. Com vocês eu tenho grandes momentos de aprendizados e trocas de saberes (na literatura, psicanálise, música e, na cultura afro-brasileira).

RESUMO

NETTO C. L, Glicéria, **Racismo no contexto escolar:** um convite à reflexão acerca da possível relação entre racismo e problemas de aprendizagem. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicopedagogia – Atendimento Clínico – Institucional) – Instituto Sedes *Sapientiae*, São Paulo, 2021.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar a possível relação entre racismo no contexto escolar e problemas de aprendizagem. A partir desta averiguação, procura-se fomentar um espaço de reflexão e discussão acerca do tema em discussão. Assim sendo, a pergunta de pesquisa posta em discussão foi a seguinte: existe uma possível relação entre racismo no contexto escolar e problemas de aprendizagem? Para alcançar o objetivo geral foi necessário organizar o trabalho em objetivos específicos, a saber: contextualizar de forma resumida o racismo no Brasil a partir de três matrizes bibliográficas; definir problemas de aprendizagem; compreender como o racismo afeta a saúde mental da criança e do adolescente e, conseqüentemente compromete a autoestima; argumentar sobre a responsabilidade social das instituições de ensino e do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento do racismo praticado nas escolas; por fim, apresentar projetos pedagógicos que já estão em ação com o objetivo de combater o racismo e a desigualdade social. A pesquisa se caracteriza como estudo descritivo e etnográfico. A metodologia que norteou este trabalho foi por meio de uma abordagem teórica, buscando a elucidação dos dados a partir de uma modalidade de pesquisa bibliográfica, bem como da observação da pesquisadora no contexto escolar em discussão. A pesquisa justifica-se pela minha preocupação, pedagógica, psicopedagógica e social em trazer a pauta racial para o contexto da psicopedagogia, bem como pelo meu interesse em contribuir para ampliar a reflexão e, discussão no tocante às dificuldades de aprendizagem, dando ênfase a um olhar atento e sensível às questões raciais no contexto escolar com foco na criança. Existem evidências de que o racismo poderá desencadear problemas de aprendizagem.

Palavras-chave: Escola. Racismo. Problemas de Aprendizagem. Psicopedagogo.

ABSTRACT

NETTO C. L, Glicéria, Racism in the school context: an invitation to reflect on the possible relationship between racism and learning problems. 2021. Course Completion Work (Specialization in Psychopedagogy – Clinical Care – Institutional) – Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, 2021.

This work aims to investigate the possible relationship between racism in the school context and learning problems. From this investigation, we seek to foster a space for reflection and discussion on the topic under discussion. Therefore, the research question raised was the following: is there a possible relationship between racism in the school context and learning problems? In order to reach the general objective, it was necessary to organize the work in specific objectives, namely: to contextualize racism in Brazil in a summarized way from three bibliographic matrices; define learning problems; understand how racism affects the mental health of children and adolescents and, consequently, compromises self-esteem; argue about the social responsibility of educational institutions and educational psychologists with regard to confronting racism practiced in schools; finally, present pedagogical projects that are already in action with the objective of combating racism and social inequality. The research is characterized as a descriptive and ethnographic study. The methodology that guided this work was through a theoretical approach, seeking to elucidate the data from a form of bibliographical research, as well as the researcher's observation in the school context under discussion. The research is justified by my concern, pedagogical, psychopedagogical and social in bringing the racial agenda to the context of psychopedagogy, as well as my interest in contributing to broaden reflection and discussion regarding learning difficulties, emphasizing a attentive and sensitive look at racial issues in the school context with a focus on adolescents. There is evidence that racism can trigger learning problems.

Keywords: School. Racism. Learning Problems. Psychopedagogist.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade)

ABDA (Associação Brasileira do Déficit de Atenção e Hiperatividade)

TPAC (Transtorno do Processamento Auditivo Central).

AABD (Associação Brasileira de Dislexia).

IDA – International Dyslexia Association.

ABP (Associação Brasileira de Psicopedagogia).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL: DA HIPOCRISIA A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	14
1.1 Uma breve contextualização histórica da democracia racial e racismo.....	14
1.2 Racismo e Apartheid: definições	20
1.3 Democracia Racial no Brasil: hipocrisia comprovada	20
2 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM: DEFINIÇÕES	25
2.1 TDAH	25
2.2 Dislexia	26
2.3 Possíveis Sinais na Pré-escola.....	27
2.4 Alguns Sinais na Idade Escolar	27
2.5 Diagnóstico	27
2.6 Avaliação Multidisciplinar	28
2.7 TPAC	29
3. AUTOESTIMA E RACISMO	31
3.1 Autoestima	31
3.2 Racismo praticado nas escolas	33
4 A RESPONSABILIDADE DO PSICOPEDAGOGO FRENTE A QUESTÃO DO RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR: Olhares diversos e reflexões possíveis	35
4.1 O papel do psicopedagogo na sociedade	36
4.2 Bullying: ou “cortina de fumaça no racismo”?	36
4.3 Henri Wallon – Um olhar humanista sobre a educação	37
5 PROJETOS PEDAGÓGICOS, A TEORIA POSTA EM PRÁTICA: UM OLHAR HUMANISTA ACERCA DA DESIGUALDADE SOCIAL E DO RACISMO	39
5.1 Instituto Pró-saber	39
5.2 Afro-reggae:	40
5.3 Projeto Axé em Salvador:	41
Considerações Finais	43
Referencial Bibliográfico	46

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa se propõe a investigar a possível relação entre racismo no contexto escolar e problemas de aprendizagem. A partir dessa averiguação, procura-se contribuir para um espaço de reflexão e discussão no ambiente psicopedagógico acerca do problema em questão. Busca-se também analisar a responsabilidade social das instituições com relação à formação dos psicopedagogos, bem como a atuação do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento dessas questões no sentido de: (observar, analisar, desenvolver estratégias e, ação) a fim de que a escola seja um espaço de trocas, respeito às diversidades onde o diálogo entre os “diferentes” seja possível. Para aclarar essa questão, o autor afirma:

Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, dono da verdade e do saber, para quem todos que estão fora são “essa gente”, ou são nativos inferiores? Como posso dialogar, se perto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que deve evitar?
(FREIRE, 2014, p.110)

É oportuno ressaltar que o intuito desta pesquisa não é questionar a existência do racismo no ambiente escolar, até porque temos ciência da sua existência (velado ou mascarado). Pode-se afirmar que o racismo velado ocorre por meio de violências físicas ou simbólicas, mutilando, negando e excluindo o indivíduo de conviver e expressar sua diversidade com dignidade. A pesquisa abaixo confirma a minha fala:

A pesquisa apresenta dados irrefutáveis sobre a crueldade com que seres humanos tão pequeninos são tratados. Outro motivo é que a maioria dos professores (o universo era de mulheres) parece perceber a existência do preconceito racial na sociedade, entretanto, contraditoriamente, como se no tecido social doente a escola representasse uma célula sã.
(CAVALLEIRO *Apud* CARNEIRO, 2000, p. 74)

A ideia de que a escola é uma célula “sã” é equivocada. Qualquer pessoa, por mais ingênua que seja, percebe em muitas situações comportamentos discriminatórios tanto por parte de alguns dos professores quanto dos alunos. Embora esse tema seja conhecido, é silenciado por várias razões, entre elas a forma “eurocêntrica” pela qual foi e, ainda é delineada a estrutura de ensino no Brasil. Esse silêncio existe porque o objetivo em algumas situações não é de educar, mas sim manter os negros subalternos e alienados com relação aos seus direitos enquanto cidadãos.

Conforme explica Wallon *apud* Galvão (1993) a idade escolar é uma fase muito importante para o desenvolvimento da criança levando em consideração aspectos sociais e emocionais. É importante que ao chegar nessa etapa a criança encontre um ambiente onde possa se sentir segura e atravessada por afetos e ternura. Na mesma linha de pensamento Vygotsky (1996) explica que o aprendizado ocorre por meio da interação do indivíduo com o mundo ao redor. Bem, é o que se espera de um espaço pedagógico, mas o relato da pesquisadora acima e as observações realizadas no ambiente escolar nos informam que, em algumas das situações, a teoria posta em prática muda completamente a prática de ser. Fica visível ao percebermos a falta de um projeto pedagógico focado no respeito à diversidade onde seja possível todos “serem” e “existirem” e, dessa forma evitar o isolamento social provocado pelo racismo.

Refletir acerca das influências ambientais é fundamental, apesar de os problemas de aprendizagem apresentarem causas de ordem fisiológica, conforme afirma o estudioso Smith e Strick (2012) a criança poderá ser afetada pelo ambiente onde está inserida (no caso específico afetada negativamente) e desencadear problemas de aprendizagem. Assim sendo, é necessário e urgente que a escola ofereça um ambiente seguro e acolhedor a fim de que as crianças possam desenvolver suas potencialidades plenamente.

É oportuno trazer para o debate da psicopedagogia essa discussão a fim de aclarar algumas questões, a saber: onde começa o racismo e inicia a “dificuldade de aprendizagem”? Ou ambos andam de mãos dadas no contexto escolar racista? Quando a criança ou adolescente percebem consciente ou inconscientemente que não são aceitos no grupo pelo fato de serem “diferentes” podem desencadear emoções negativas e provavelmente provocar um sentimento de não pertencimento ao grupo? Neste caso, cabe ao psicopedagogo ficar atento aos sinais de abandono e desamparo.

Winnicott (1999, P.146). contribui com essa reflexão ao afirmar que: “Não há crescimento emocional, no entanto, a não ser em relação à provisão ambiental, que precisa ser satisfatória”. Romper com o silêncio do racismo no Brasil é uma tarefa árdua conforme afirma a socióloga:

A situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e as atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos em envoltos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando. Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. Essa é sem dúvida uma maneira problemática de lidar com o tema: ora ele se torna inexistente, ora aparece na roupa de outro alguém.

(SCHWARCZ, 2020, p. 30)

Espera-se que ao longo deste trabalho os problemas de aprendizagem implicados nas questões raciais sejam aclarados e fomentem novas discussões no ambiente da psicopedagogia. Os autores europeus que estudamos até aqui (Freud, 1905) “O desenvolvimento da sexualidade infantil,” Piaget: “Os estágios do desenvolvimento cognitivo”, Wallon *apud* Galvão (1993) “Uma concepção dialética de desenvolvimento infantil”, Vygotsky *apud*, Oliveira, 1995). “Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico”, Jung *apud* Fagalli (2013) “Estilos psicológicos”, entre outros, são importantíssimos para a compreensão dos processos e problemas de aprendizagem. Porém, (no meu entendimento) precisamos ampliar os nossos horizontes e, isso “passa e atravessa” pelo mergulho na nossa realidade. Dessa forma, achei coerente dar crédito aos nossos escritores brasileiros a fim de compreender os problemas de aprendizagem articulados com o nosso contexto histórico cultural e, vincular como os problemas em discussão têm implicações nas questões étnicas raciais. Acredito que o momento seja oportuno para pensarmos na “descolonização do conhecimento”. A reflexão da autora ajuda a iluminar esta reflexão:

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro.
2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido.
- 3 (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos.

(KILOMBA *apud* SILVA, 2016, p.4-5)

Ao longo desta pesquisa procura-se responder a questão, a saber: existe uma possível relação entre racismo no contexto escolar e problemas de aprendizagem? Sendo assim, no decorrer deste percurso, pretende-se elucidar algumas questões: O aluno poderá ter a aprendizagem comprometida devido aos problemas de ordem orgânica, bem como de ordem social. Assim sendo, o psicopedagogo é capaz de analisar com uma certa profundidade e originalidade os problemas de aprendizagem da segunda ordem considerando também questões racistas? De que forma os problemas raciais afetam a saúde mental da criança e conseqüentemente aprisionam a aprendizagem? Há um distanciamento, uma lacuna entre problemas de aprendizagem e racismo? Nessa trajetória, foram levantadas as seguintes hipóteses: a maioria dos psicopedagogos não tem conhecimento das pautas raciais. O racismo é silenciado na maioria das instituições de ensino e,

dessa forma, inviabiliza a atuação do psicopedagogo no sentido de prevenir e agir a fim de que os eventos raciais sejam minimizados ou erradicados na escola. O racismo não é visível porque os atos racistas na maioria das vezes são praticados de maneira sutil por alguns dos professores e alunos. No decorrer deste trabalho almeja-se encontrar subsídios para comprovar essas hipóteses.

Considerando que o objeto de estudo da psicopedagogia é o Indivíduo aprisionado na sua aprendizagem (problema de aprendizagem) e esse assunto na maioria das vezes está relacionado com a evasão escolar ou melhor “exclusão escolar” de acordo com FREIRE (1996). As consequências dessa exclusão escolar em algumas situações são percebidas por meio de um quadro social deprimente composto por pessoas em situação de vulnerabilidade, a saber: situação de rua, encarceramentos, crimes, vícios entre outros.

Este trabalho se justifica pela minha preocupação pedagógica, psicopedagógica e social em trazer a pauta racial para o contexto da psicopedagogia, bem como pelo meu interesse em contribuir para ampliar a reflexão e, discussão no tocante às dificuldades de aprendizagem, dando ênfase a um olhar atento e sensível às questões raciais no contexto escolar com foco na criança.

Dessa forma, intenciona contribuir para um espaço de reflexão e discussão acerca da possível relação entre racismo no contexto escolar e problemas de aprendizagem. Objetiva também comentar acerca dos cursos de psicopedagogia (a maioria não introduz nos seus conteúdos pautas étnico-raciais), bem como a responsabilidade social do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento dessas questões com foco no adolescente. Para alcançar o objetivo geral foi necessário desmembrar o trabalho em vários objetivos específicos: contextualizar de forma resumida o racismo no Brasil a partir de três matrizes bibliográficas; definir problemas de aprendizagem; compreender como o racismo afeta a saúde mental da criança e, conseqüentemente compromete a autoestima; argumentar sobre a responsabilidade social do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento do racismo no contexto escolar e, apresentar projetos pedagógicos que já estão em ação com o objetivo de combater o racismo e conseqüentemente a desigualdade social. Este foi o foco do trabalho. Todavia, pretende-se também abordar alguns tópicos resumidamente: Mostrar a importância de trabalhar no ambiente da psicopedagogia pautas étnico-raciais, assim como argumentar sobre a responsabilidade social do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento do racismo no contexto escolar. É oportuno ressaltar que estes tópicos serão aprofundados em outros estudos mais à frente (aprimorar a pesquisa com o objetivo de realizar um mestrado na área de educação), bem como contribuir com a reflexão deste tema nas instituições de ensino com ênfase na psicopedagogia. O presente trabalho

de pesquisa se caracteriza como estudo descritivo e etnográfico. Para compreender melhor a função da metodologia num trabalho de pesquisa os autores explicam: (MARCONTONIO, SANTOS et al, 1993, p.76) “é o plano de pesquisa. O início da investigação. Refere-se aos procedimentos a coleta, análise e interpretação dos dados” Sendo assim, a metodologia que norteou este trabalho foi por meio de uma abordagem teórica, buscando a elucidação dos dados, e a partir de uma modalidade de pesquisa bibliográfica, bem como da observação da pesquisadora da realidade do contexto escolar em discussão. Este tipo de pesquisa possibilitou a revisão de literatura onde se pretendeu interpretar, esclarecer e fundamentar as questões sobre a possível relação entre racismo e problemas de aprendizagem.

Na primeira fase, foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de compreender e explicar o racismo por meio de três matrizes bibliográficas: fiz um percurso “romântico” pela obra “Casa Grande e Senzala” (FREYRE, 1996), nesta obra o autor apresenta um Brasil no qual a democracia racial existe, apesar de não falar diretamente.

Na segunda fase de estudos busquei nas obras “O negro no mundo dos brancos” e “Branco e negro em São Paulo”. (FERNANDES, 1994,213, 2015). Nessas obras o autor apresenta argumentos consistentes por meio de pesquisas e fatos sociais capazes de elucidar e desconstruir essa ideia de que vivemos em uma democracia racial apresentada pelo sociólogo FREYRE. “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira” (SCHWARCZ, 2013), essa obra agregou muito à pesquisa por se tratar de um trabalho onde a socióloga fez um estudo interessante com relação ao racismo negado em público, mas praticado na intimidade. A autora continua afirmando por meio de pesquisa que essa negação se deve ao fato de os brasileiros sentirem vergonha de ser racistas, mas são potentes nas práticas diárias. Cabe ressaltar que pesquisei essas obras de uma forma “resumida” devido ao tempo de estudos e profundidade que elas requerem.

Continuei a pesquisa em um terceiro momento e, transitei por uma matriz bibliográfica na qual os autores são personagens de suas próprias narrativas saber: “Becos da memória.” (EVARISTO, 2017) A autora faz um relato comovente da vida na favela, onde o desamparo, a fome, violência e miséria fazem parte do cotidiano. ‘O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado” (NASCIMENTO, 2016) A aqui o autor desmascara a ideia de que o Brasil é um verdadeiro paraíso racial no qual as falas hipócritas ou desavisadas afirmavam que o problema do negro era de ordem material e, dessa forma o preconceito ficava silenciado. “Racismo, sexismo e

desigualdade no Brasil”. (CARNEIRO,2015). A autora faz uma reflexão sobre o racismo praticado na escola desde a educação infantil. E, a importância do reconhecimento e respeito à diversidade. “Quarto de despejo”, (JESUS,1996). Essa é uma narrativa de uma mulher que viveu, ou melhor, sobreviveu como catadora de papel vivendo cada dia carências generalizadas. Ela só conseguiu cursar até o segundo ano do primeiro grau, mas não foi devido aos “problemas, de aprendizagem”; a obra dela fala por si só... “Racismo estrutural”. o autor “desnuda” as estruturas sociais e mostra sua “face” racista”.

Na quarta fase da pesquisa revisei o pensamento de (WALLON,1993) “Uma concepção dialética de desenvolvimento infantil” porque reconheci que o pensamento humanista desse educador ajudaria a iluminar esta pesquisa. Trouxe também os ensinamentos de (VYGOTSKY, 1996) “Teoria da aprendizagem – uma abordagem interacionista”. “Na ausência do outro, o homem não se constrói homem”. Essa fala do autor comprova o quanto o indivíduo necessita do outro para se constituir e construir sua aprendizagem, bem como a importância do contexto social para o desenvolvimento cognitivo. Assim sendo, amparada pelos autores, tentei argumentar o quanto o racismo prejudica a aprendizagem da criança e adolescente. Entrei em contato com a obra de (FREIRE, 2019) “Pedagogia do Oprimido”, nessa obra encontrei subsídios para falar sobre a importância do diálogo entre os diferentes, crueldade, opressão entre outros.

A pesquisa foi finalizada com apresentação de alguns projetos pedagógicos que já se encontram em curso e em ação com o objetivo de combater o racismo . E, isso sinaliza uma luz no fim do túnel...

1. DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL: DA HIPOCRISIA A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA CAPÍTULO 1

Este capítulo se inicia com os mitos que antecederam o sociólogo (FREIRE, 1996) com sua obra “Casa Grande & Senzala” sobre a democracia racial e em prosseguimento será apresentada resumidamente a contextualização histórica do racismo no Brasil. Nesse percurso apresentarei os momentos históricos norteados por três enfoques bibliográficos. A opção de trabalhar desta forma deve-se à minha preocupação em conduzir o leitor ao passado para explicar as implicações vivenciadas no presente e sua possível relação com os problemas de aprendizagem.

Para embasar o meu pensamento, fez-se necessário a princípio selecionar três obras dos seguintes escritores: “Casa Grande e Senzala” (FREYRE, 1996), optei por essa obra por se tratar de uma abordagem onde o autor reflete o Brasil à luz de uma “democracia racial”. Para confrontar a ideia desse cientista social, será importante introduzir uma visão mais realista de perceber o Brasil por meio das obras de (FERNANDES, 2007) “O negro no mundo dos brancos” e “Branços e negros em São Paulo”. Em prosseguimento será apresentada a visão da socióloga SCHWARCZ, 2013), “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira”. Aqui a estudiosa desestabiliza o conceito de democracia racial no Brasil. Cabe ressaltar que a pesquisadora se inspirou nas obras de (Fernandes, 2007). Continuarei a reflexão na mesma linha de pensamento “Racismo estrutural) (ALMEIDA, 2019) onde a ênfase será dada ao racismo estrutural, com foco na educação. Trarei também o pensamento de (CARNEIRO, 2011) por meio de sua obra “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil” entre outros.

1.1 Uma breve contextualização histórica da democracia racial e racismo.

É importante elucidar a origem do termo democracia racial para não responsabilizar (FREIRE,1996) totalmente pelo equívoco. Por tanto, se faz necessário informar ao leitor cronologicamente: conforme os estudos de (Passos 1994 *apud* Campos, 2002) esse termo foi citado pela primeira por Arthur Ramos (1941), e pela segunda vez em 1943 no decorrer de um seminário cujo assunto tratado era “democracia no mundo pós-fascista. Róger Bastide, num artigo publicado no Diário de S. Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto

Freyre, em Apipucos, Recife, também usa a expressão, o que indica que apenas nos 1945 ela começa a ser utilizada pelos intelectuais”. Nas obras de Freyre percebe-se o termo “Democracia étnica”.

É importante reconhecer a valiosa contribuição que o sociólogo Freire (1996) trouxe para compreendermos a formação do povo brasileiro. Contudo, respeitando o seu status intelectual, bem como a sofisticação de sua pesquisa, cabe fazer algumas reflexões acerca de várias passagens da sua obra. Apesar de o sociólogo em discussão não afirmar que vivemos em uma democracia racial, a fala dele induz o leitor “desavisado” à essa ideia. O que o sociólogo denomina de “marca da influência negra na raça branca” eu chamo de registro de um “gozo” da parte de uma nação branca que enriqueceu por meio de derramamento de sangue negro e obtiveram prazeres sexuais (por meio de medo e estupro). Contudo, não podemos dizer que todos os brancos tiveram comportamentos nefastos em relação ao povo negro.

Pode-se observar na citação abaixo que o negro é mencionado dentro de um contexto “românico”, mas desde que esteja a serviço de uma raça branca (alguns brancos) usado como ferramenta de trabalho e objeto de gozo sexual, conforme aclarado abaixo:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar, que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo.

(FREYRE, 1992, P.283)

De acordo com a socióloga (SCHWARCZ, 2013), houve um movimento histórico no final do século XIX e início do século XX marcado por teorias pessimistas no tocante a miscigenação e, esses argumentos previam a falência da nação como necessária. Continuando com a autora, mais à frente, nos anos que o mestiço se tornou em um símbolo nacional e traduziu nossa identidade atravessada no sangue e, sincretizada na cultura através do samba, capoeira, candomblé, futebol, culinária, entre outros. Houve uma reparação (na teoria, pois não se aplica no dia a dia), visto que a discriminação continuou e, continua no direito à justiça, educação, lazer e trabalho. Ou seja, o canal continua fechada nas estruturas sociais, dessa forma dificulta a mobilização social (vertical) do mestiço e do negro. Segundo a autora mencionada, nos anos 30 (FREIRE, 1996), exaltou a

harmonia entre as raças e não aclarou as diferenças existentes entre elas. Segundo a linha de pensamento da autora, mais à frente foi que o sociólogo em questão passou a mencionar “o equilíbrio entre os opostos”, mas por outro lado falava sobre os conflitos oriundos da formação dessa nação, mas ainda prevalecia a ideia de “democracia racial”.

Percebe-se também na obra de (FREIRE, 1996) uma intenção de apresentar uma miscigenação para o mundo não mais como demérito e, sim como uma constituição de um povo cruzado por várias etnias onde a diversidade era possível. Esse foi o Brasil que o sociólogo apresentou para o exterior e obteve ganho no ambiente acadêmico. Para aclarar essa reflexão a autora afirma:

O impacto e a penetração desse tipo de interpretação, que destacava a situação racial idílica vivenciada no país, levaram, em 1951, à aprovação de um projeto de pesquisa financiado pela Unesco e intermediado, no Brasil, por Alfredo Medraux. Confiante nas análises de Freyre e Pierson. A instituição alimentava o propósito de usar “o caso brasileiro” como material de propaganda, e com esse objetivo inaugurou o Programa de Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil. A hipótese sustentada era de que o país representava um exemplo neutro na manifestação do preconceito racial e que seu modelo poderia servir de inspiração para outras nações cujas relações eram menos “democráticas”. Para tanto foram contatados especialistas reconhecidos como C. Wagley, Thales de Azevedo, Renê Ribeiro, Costa Pinto, Róger Bastide, Oracy, Fernandes, entre outros que deveria pesquisar “a realidade racial brasileira”

(SCHWARCZ, 2020, p. 69)

Conforme os estudos da autora citados acima, é comum ouvir a seguinte afirmação por parte de algumas pessoas: “Somos racistas, mas nosso racismo é melhor, porque é mais brando que os outros”. A socióloga afirma que não é fácil flagrar a discriminação racial no Brasil em algumas situações, uma vez que combina em determinado contexto inclusão com exclusão social, saber: na música, nos esportes no corpo da lei o país inclui e não separa. Porém, quando se observa as estruturas como nas boas escolas, nas universidades de primeira linha (nos cursos de destaque) nos clubes privados, nos condomínios de luxo, nos bons restaurantes, nos *resorts*, na assistência à saúde, entre outros locais, a separação é brutal.

Logo, percebe-se que (FREIRE, 1996) contribuiu por meio de seus estudos para projetar uma imagem positiva do Brasil no exterior no tocante à convivência pacífica entre os diferentes. Mas, na prática observa-se que essa convivência era e, ainda é, possível desde que o povo negro e pardo permanecesse e permaneça em uma situação de subalternidade a serviço de uma etnia branca algo não difícil de ser percebido pelos estrangeiros quando visitavam e visitam o Brasil. Um dos

aspectos das relações raciais que continua chamando a atenção dos estrangeiros é a desigualdade social brutal entre brancos e negros no Brasil.

O pensamento da pesquisadora (CARNEIRO, 2011), culmina com os posicionamentos dos autores referenciados acima no que diz respeito à hipocrisia acerca da existência de uma democracia racial no Brasil. Para a pesquisadora, o mito da democracia racial é um desserviço à população negra, visto que este contribuiu para silenciar um debate tão caro a esse povo sofrido onde o espaço para a dor se amplia por meio da violência física e simbólica, parca assistência à educação, saúde e lazer, entre outros. E, assim, o futuro dessa gente vai sendo “delineado” pela supremacia branca. Nessa mesma linha de pensamento, a autora, cita o sociólogo Carlos Hasenbalg onde ele afirma que o mito resulta em: “uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial com o objetivo de manter o domínio do poder para uma classe privilegiada”.

As injustiças imputadas ao povo negro são gritantes, conforme afirmam os pesquisadores citados. Continuando com (Carneiro, 2011) a discriminação racial é estruturalmente arquitetada para frear o negro a uma competição igualitária. Cabe aqui um exemplo no universo da educação: existem dois competidores em uma corrida, acadêmica, sendo que um está em plenas condições competitivas (estudou em ótimas escolas, mora bem, tem boa assistência médica, fala mais de um idioma, tem experiências em viagens internacionais, acesso à cultura, lazer entre outros....) enquanto que o segundo competidor se encontra “engessado” (pela violência física e simbólica, fome, moradia precária, sem saneamento básico, sem acesso à cultura, lazer, etc, etc...). Assim sendo, não é difícil identificar qual será o vencedor, bem como a origem da “meritocracia” que tenta justificar tal desigualdade. Dessa forma, o ponto de partida da democracia no Brasil tem cor e endereço.

A fala sensível da autora mostra o quanto é agonizante a desigualdade social. Mas, infelizmente este estado de desamparo com o qual a maioria do povo preto e pardo vive é normatizado por uma grande parcela da sociedade.

Hoje descobri a verdade do dizer daquele ditado. Sonho só alimenta até a hora do almoço, na janta, a gente precisa de ver o sonho acontecer. Tive tanto sonho no almoço de minha vida, na manhã de minha vida, e hoje, no jantar, eu só tenho a fome, a desesperança...

(EVARISTO, 2020, p.51)

Cabe ao psicopedagogo ficar atento aos sinais do contexto do competidor “engessado” a fim de não confundir desigualdade social com “problemas de aprendizagem”; assunto que será tratado mais à frente com a profundidade que demanda a pesquisa. Contudo, acredito que não será difícil comprovar uma das hipóteses deste trabalho de que na maioria das vezes “os problemas de aprendizagem têm cor, situação socioeconômica e endereço...”. E a minoria que apresenta problemas de aprendizagem são representados pelo nível de “fenótipo” de branquidade.

De acordo com (CARNEIRO, 2011), o negro quando se destaca em um país racista como é o exemplo do Brasil paga-se um “preço” muito alto por ter uma inteligência acima da média, como ocorreu com o professor Milton Santos:

Foi e é muito respeitado. Mais pela impossibilidade de subtrair-lhe o reconhecimento à sua extraordinária produção. Mas pagou o preço pela inteligência rara, pela originalidade de seu pensamento e independência intelectual no sentido mais pleno da palavra; um produtor de conhecimento de alta excelência, numa terra em que preto deveria se contentar em ser apenas objeto de estudos.

(CARNEIRO, 2000, p.86)

Na mesma linha de pensamento, mas com foco no racismo estrutural, (ALMEIDA, 2019) relata que para alguns estudiosos como Arthur Gabeau, Cesare Lombroso, Raimundo Nina Rodrigues e outros; associavam a cor da pele não branca a um rebaixamento intelectual. Segundo o autor, esse tipo de pensamento identificado como racismo científico ganhou espaços no ambiente acadêmico e políticos do século XIX.

Continuando com a linha de pensamento do autor citado, quando a sociedade limita a reflexão sobre o racismo a aspectos comportamentais deixa-se de levar em consideração as causas reais do problema. As maiores situações desumanas produzidas pelo racismo foram realizadas e "acolhidas" pela “legalidade” e, apoiada moralmente por líderes políticos, líderes religiosos também reconhecidos como “homens do bem”. O exemplo citado abaixo é bem elucidativo:

Assim detém o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade, regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos, e as práticas de poder, de um determinado grupo torne-se horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de

homens brancos, em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc – e em instituições privadas - por exemplo diretorias de empresas depende em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e ou mulheres e em segundo lugar da existência de espaço em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos.

(ALMEIDA, 2019, p. 40)

É oportuno também trazer para esta reflexão a tal “meritocracia”. Conforme (ALMEIDA, 2019) o racismo histórico adicionado a meritocracia possibilita que a desigualdade social vivida na forma da pobreza, desemprego, privação material e educacional seja compreendida como falta de mérito do indivíduo. Vejam, para o autor a meritocracia se apresenta por meio de mecanismos institucionais, a saber: processos seletivos da sociedade brasileira (hipócrita) os motivos que levam o negro a não conseguir competir em igualdade com o branco e de onde parte o indivíduo branco para se tornar tão competitivo?

Para tornar o discurso da “meritocracia” ainda mais perverso, o indivíduo que por razões fundamentais, não se encontra em condições de suportar as violências, políticas, sócio econômicas, educacionais e psicológicas oriundas; do racismo em seu percurso torna-se inadequado a “lógica” da meritocracia. Logo, percebe-se que a “meritocracia” em discussão extrapola o conceito bizarro.

Diante de um contexto de privação generalizada (moradia precária, falta de assistência médica, fome, violência física e simbólica), conseqüentemente a população negra terá muita dificuldade para chegar a um patamar de educação competitiva. Infelizmente existe a perversa “cegueira moral” - Tomo aqui emprestado o termo do sociólogo (ZYG MUNT BAUMON, 20014), afirmar que o povo negro tem pouca habilidade para trabalhos intelectuais, pois apresentam muitos “problemas de aprendizagem” é insensível e lamentável.

Essa “segregação não oficial” entre negros e brancos conforme (ALMEIDA, 2019) persiste em vários espaços sociais e apresenta várias explicações, mas não apresenta os motivos pelos quais pessoas não brancas se encontram na situação conforme relata o pesquisador:

Pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica e para a advocacia; pessoas negras, como todo as outras pessoas, são afetadas pelas suas escolhas individuais, e sua condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica; pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação, e por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificado, os quais, conseqüentemente, são mal remunerados; pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e prestígio social.

(ALMEIDA, 2019, p. 61).

A situação mencionada acima projeta todo um imaginário social e infelizmente ainda é reforçada pelos meios de comunicação, pela indústria e pelo próprio sistema de educação conforme as pesquisas do autor citado.

1.2 Racismo e Apartheid: definições

É importante esclarecer algumas questões que se confundem com o racismo por parte da maioria dos brasileiros, bem como de alguns políticos. Dessa forma, é importante trazer as informações de (ALMEIDA, 2019): na África do Sul, foi estruturado o *apartheid* sustentado por um grande arcabouço legal, entre eles encontra a Lei da imoralidade 1950 que criminalizava relações sexuais inter-racial. A Lei dos Bantustões de 1951, essa lei determinava que negros fossem enviado para territórios conhecidos como *homelands ou bantustões* e a Lei da cidadania da pátria negra, de 1971 aqui era retirado dos moradores.

Lei da Auto-determinação dos Bantu ("Bantu Self-Government Act") - Esta lei estabelecia as chamadas "Homelands" (conhecidos no Brasil como "Bantustões") para as dez diferentes etnias, onde eles podiam morar e possuir propriedades. Já nos Estados Unidos, até 1963, a segregação racial era oficialmente organizada pelas leis com o seguinte apelido: Leis Jim Crow, um conjunto de normas jurídicas que estabelecia separação entre brancos e negros no uso de bens e serviços públicos, a saber: escolas, parques, hospitais, transportes públicos. É importante ressaltar que a Lei mencionada permitia que proprietários de estabelecimentos privados também proibissem o acesso de pessoas negras em seus estabelecimentos. Diferente do Brasil, onde negros e brancos convivem no mesmo espaço, porém, são “segregados” pelas estruturas sociais

1.3 Democracia Racial no Brasil: hipocrisia comprovada

Conforme mencionado acima, o sociólogo Fernandes foi um dos convidados para pesquisar sobre “Relações Raciais no Brasil) E nesse percurso, não foi difícil para o estudioso desconstruir essa imagem a que (FREIRE, 1996) se referia da existência de uma democracia racial no Brasil. Na visão de (FREIRE, 1996) havia sim, conflito racial, mas não existia problema racial. Mais à frente

(FERNANDES, 2007) Afirma que: o entendimento acerca da universalização do trabalho escravo, bem como da simples relação racial desigual fazia supor que a concentração “racial” no tocante a renda e o prestígio social e o poder chamaram a atenção do pesquisador com relação a distribuição de que esse poder provavelmente se encontrava concentrado nas mãos de uma classe privilegiada. A hipótese foi comprovada a partir do momento em que ficou elucidado que a expansão da miscigenação, a visibilidade do negro e do mulato em condições de suposta tolerância humana ideal, não estavam relacionadas as transformações significativas na pirâmide social. Dessa forma, “o mito da democracia racial” é perigoso porque contribuiu para “mascarar” a verdadeira realidade em que o negro e mestiço se encontram no contexto social, econômico e pedagógico do Brasil. Para aclarar essa questão o sociólogo afirma:

O que se descobriu? Na verdade, a hipótese sustentada pelo Dr. Donald Pierson, de que o Brasil constituiu um caso neutro na manifestação do “preconceito racial”, teve de ser revista, mau grado o empenho da Unesco pela confirmação da hipótese. Ao que parece, essa instituição alimentava o propósito de usar o “como material de propaganda o caso brasileiro” Se os brancos, negros e mestiços podem conviver de “forma democrática” no Brasil, porque o mesmo processo seria impossível em outras regiões? No obstante, o que é uma democracia índice de “boa” organização das relações raciais? Do outro lado, o que é mais importante para o “negro” e o “mestiço”: uma consideração ambígua e disfarçada de uma condição real de ser humano econômico, social e culturalmente igual ao branco? Além disso se os brasileiros conhecem o clima de tolerância racial, praticando um código de decoro nas relações em que entram em contato como “branco”, “mestiço”, e “negros”, não seria melhor que esse fato tivesse importância em si mesmo, independentemente de qualquer fantasia a respeito de uma “igualdade racial” que não poderia existir numa sociedade recém egressa da escravidão e na qual a concentração de riqueza, de poder e de prestígio social abre um fosso intransponível mesmo nas relações de diferentes segmentos da “População branca”?

(FERNANDES, 2007, p.39)

Na mesma linha de pensamento, o pesquisador informa que a situação socioeconômica tanto do povo negro quanto do mulato se apresenta mais complicada no Estado de São Paulo, visto que nesse universo para essa etnia mobilizar na pirâmide social é uma luta árdua e, muito lenta. (as grandes favelas, palafitas na cidade de Santos, a situação de rua, entre outras em que vive os negros e mestiços validam a fala do pesquisador). Aqui, a autora faz um relato que serve de exemplo para a fala do sociólogo acima. Ela escancara a realidade.

O cenário de que (FERNANDES, 2007) apresenta acima é uma provocação para refletir sobre a hipocrisia da democracia racial no Brasil, visto que a posição desvantajosa em que se encontra o povo negro e mestiço os condicionam a um lugar “blindado do ponto de vista estrutural”

o que impossibilita negros e mestiços de se mobilizarem na pirâmide social. Isso contribui de forma significativa para a perpetuação do sistema escravagista ao invés de romper com essa estrutura perversa. Continuando com o sociólogo, os canais de ascensão social no Brasil continuam em domínio de uma “elite das classes altas e das raças dominantes”. De acordo com o pesquisador, “o negro e o mulato, como eles diriam” nesse cenário não tem vez”, encontrando-se rigidamente bloqueados por privilégios sociais que possuem inevitáveis e profundas implicações sociais”.

Na mesma linha de pensamento, o pesquisador informa que a situação socioeconômica tanto do povo negro quanto do mulato se apresenta mais complicada no Estado de São Paulo, visto que nesse universo para essa etnia mobilizar na pirâmide social é uma luta árdua e, muito lenta. (as grandes favelas, palafitas na cidade de Santos, a situação de rua, entre outras em que vive os negros e mestiços validam a fala do pesquisador).

Aqui, a autora faz um relato que serve de exemplo para a fala do sociólogo acima. Ela escancara a realidade.

... Hoje eu fiz almoço. Quando tem carne eu fico mais animada. Mas, quando é polenta eu já sei que vou ter complicações com as crianças. Feijão, arroz e pastéis. Já faz tempo que os meninos estão pedindo pasteis. O João está sorrindo atoa. O pastel é um acontecimento aqui em casa.

(JESUS, 2019, p.55).

Prosseguindo com (FERNANDES, 2007), depois de o negro ou mestiço (um percentual mínimo) ter realizado um percurso longo, uma luta árdua e ter conseguido mobilizar na pirâmide social; ainda assim, ele continua sendo perseguido e rechaçado nas relações sociais, conforme mencionado:

Ao iguala-se ao “branco”, o nível de emprego e na participação da renda, “o homem de cor” rompe um bloqueio à sua participação cultural. Então, inicia-se a aventura de tentar desfrutar do estilo de vida, das garantias sociais, e dos prazeres assegurados pela sociedade inclusiva; e começa a ser verdadeiramente barrado. É o amigo “branco”, que o trata com consideração no trabalho e nas conversas casuais, mas não o convida para ir à sua casa ou não retribui suas gentilezas. É o colega que passa a sentir sua presença competitiva no trabalho e vê-se forçado a aceitar a competição em termos usuais nas relações do braço entre si. É a filha que reclama das atitudes dos coleguinhas ou da professora na escola. É a mulher que se enfurece com o comportamento dos fornecedores, que a trata como se fosse a empregada da casa. É a boate, o hotel, ou o clube que o repele, como freguês ou como sócio. Nessas circunstâncias, ele tem que tomar uma resolução dramática. Aceitar as velhas regras do jogo, abstendo-se de pretender para si papéis “regalias” e regalias sociais inerentes às posições sociais conquistadas, mantendo-se dentro dos limites da “linha de cor” invisível. Ou romper com o bloqueio e com o padrão tradicional da relação racial assimétrica que o torna um inferior, um “protegido” um “subalterno” permanente na convivência com o branco.

(FERNANDES, 2007, p. 74).

Quem vivenciou experiências complicadas quando migrou na pirâmide social, por meio da educação foi a historiadora, filósofa, socióloga e ativista, conforme a relato abaixo:

E nesse sentido vale apontar para um tipo de experiência muito comum. Refiro-me aos vendedores que batem à porta da minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: “A madame está? ” Sempre lhe respondo que a madame saiu, e mais uma vez, consta como somos vistos pelo “cordial” brasileiro. Outro tipo de pergunta que se costuma fazer, mas aí em lugares públicos: “Você trabalha na televisão?” ou “Você é artista?” E a gente sabe o que significa esse “trabalho e essa arte”.

(RATTS *Apud* GONZALEZ, 2014, p. 63)

O sociólogo (FERNANDES, 2007) apresenta os três movimentos que o negro faz a fim de reagir a essa situação social caótica: primeiro, ele tira proveito das atitudes ambivalentes do “branco” e, segue vida...; segundo, de cínica o “homem de cor” desfruta das relações com o “homem branco”, mas se impõe e age de acordo com os seus interesses. Por último, o homem de “cor” se protege no seu isolamento cultural em seu próprio ambiente socioeconômico e não interage socialmente com o homem “branco”.

Para (FERNANDES, 2007) foi a partir de muita pesquisa e muito esforço acadêmico que os cientistas brasileiros começaram a descobrir a verdadeira explicação da deplorável situação do racismo no Brasil. Existe um fator básico intrínseco à persistência de um comportamento por parte de alguns brancos no sentido de tratar os negros e mulatos como subalternos. E essas atitudes predominam entre as classes brancas superiores, médias e até mesmo nas zonas rurais; com ênfase na região Sul. Contudo, é oportuno também ressaltar que existem negros racistas, principalmente quando esses mobilizam na pirâmide social.

Continuando com o pesquisador, o racismo é um verdadeiro atraso cultural e aumentado pelo sistema de capitalismo perverso o qual excluiu o negro e o mulato de participarem do desenvolvimento político, social e econômico desse país; transformando-os e “alijando” e, em pessoas marginais

Na mesma linha de reflexão do sociólogo referenciado acima, o próximo pesquisador faz um comentário acerca da escravidão e seus atos de extrema crueldade:

Certa vez um etnólogo disse que o caminho do progresso é cheio de aventuras, rupturas, e escândalos. Devemos, assim, começar examinando o maior de todos os escândalos, aquele que trapassou qualquer outro na história da humanidade: a escravidão do povo negro-africano.

(NASCIMENTO, 2016,p. 57).

Conforme afirma (NASCIMENTO, 2016) a insistência por parte da classe dominante em projetar uma imagem racial internacionalmente positiva do Brasil permaneceu, mas isso não ocorreu por respeito ao povo preto e pardo, mas por motivos comerciais:

Em 1968, para exemplificar, um delegado do Brasil nas Nações Unidas, durante a discussão da doutrina apartheid da África do Sul, afirmou o antirracismo do país, declarando: “Essa posição é conhecida e é invariável. Ela apresenta a essência mesma do povo brasileiro, que nasceu da fusão harmoniosa de várias raças, que aprenderam a viver juntas a trabalhar juntas numa exemplar comunidade”.

(NASCIMENTO, 2016, p.105).

De acordo com (NASCIMENTO, 2016), a delegação mencionada era formada exclusivamente por brancos. O Ministério das Relações Exteriores é um dos setores da sociedade brasileira que mais discrimina o negro. Vejam! A representatividade de diplomatas negros é apenas 5%. dos 1.537 diplomatas que se encontram na ativa. É importante ressaltar que o ingresso do negro só foi possível tanto nos cargos de diplomatas quanto na embaixada devido as pressões ocorridas por meio das ações afirmativas. (Apesar de a população brasileira ser composta por 56% de negros e pardos). Já nos Estados Unidos (país visivelmente racista) com 13% da população) delega algumas dezenas de negros para compor a chefia de suas missões diplomáticas em diversos países. Logo, percebemos o quanto a “democracia racial no Brasil” é uma força alimentada pela estrutura racista e, o sistema de educação compartilha esses “valores”. Contudo, ainda existem pessoas que atuaram e atuam de forma humanista e ética, entre elas o educador Paulo Freire. Não é à toa que sua honra vem sendo atacada por um grupo que defende a desigualdade social.

2 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM (PA): DEFINIÇÕES

Este capítulo propõe apresentar ao leitor as definições dos problemas de aprendizagem, a saber: TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), Dislexia, TPAC (Transtorno do Processamento Auditivo Central). Em prosseguimento, tentarei fazer o entrelaçamento dos PA com o racismo no contexto escolar. Pretendo fazer algumas colocações e provocações a fim de despertar reflexões no psicopedagogo, principalmente sobre sua responsabilidade social frente às essas questões tão caras à sociedade.

2.1 TDAH

De acordo com a ABDA (Associação Brasileira do Déficit de Atenção e Hiperatividade) TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) “é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade”. Sintomas: desatenção, inquietude (mental e corporal) e impulsividade. Esse transtorno ocorre em 3 a 5% das crianças em várias regiões do mundo. Por meio das minhas observações, percebo que a maioria das crianças que é atendida nos abrigos, clínicas assistenciais, instituições de ensino, entre outras são pretas e pardas. Será que elas “realmente” são portadoras de TDAH? Ou elas foram “alijadas” pelo racismo e a desigualdade social?

Continuando com a ABDA, TDAH é um distúrbio reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em países como os Estados Unidos os indivíduos portadores desse distúrbio são protegidos pela lei e recebem tratamento especial por parte das escolas. Conforme o pesquisador Prof. Dr. Luiz Augusto Rohde, PhD, existe um consenso internacional que foi publicado por pesquisadores, médicos e psicólogos renomados que comprova cientificamente a existência do TDAH. Contudo, na sociedade algumas pessoas acreditam que o TDAH não existe. Podemos levantar a hipótese de que essa dúvida a respeito do transtorno ocorre por vários fatores como, por exemplo, falta de informação, visto que, esse assunto ainda é pouco politizado no contexto social e acadêmico. Existem algumas pessoas que por questões diversas e pouco confiáveis dizem que o TDAH é uma invenção capitalista que surgiu com o objetivo mercadológico. Continuando com o autor, muitos “estudiosos” que afirmam a não existência do TDAH nunca submeterem seus

trabalhos às publicações científicas a fim de que fossem validados seus estudos. Essas pessoas não pertencem a nenhum grupo científico. Existem sim, vários sites na internet dessas pessoas, mas nenhuma publicação em revista científica nem trabalhos apresentados em congresso, logo a veracidade desses estudos são duvidosos.

TDAH e comprometimento na aprendizagem social - para elucidar melhor essa questão Prof. Dr. Luis Augusto Rohde, PhD, esclarece que crianças e adolescentes com sintomas importantes de desatenção, hiperatividade e impulsividade sofrem muito mais no contexto escolar (suspensões, expulsões, repetências entre outros...). E são mais vulneráveis ao uso abusivo de drogas ilícitas, baixa satisfação pessoal e maior número de acidentes. O autor afirma que, se essa criança não é diagnosticada corretamente ela poderá ser tratada na escola como “burra” “incompetente” ou “malcriada”.

É oportuno indagar: será que todos os estudantes negros e pardos que são diagnosticados com TDAH, realmente sofrem deste distúrbio? As questões ambientais (socioeconômica) da criança (esse é o público-alvo desta pesquisa) é avaliada de maneira criteriosa antes de o profissional fechar o diagnóstico da criança em questão em questão? Como a criança consegue apresentar um rendimento satisfatório na escola convivendo em um ambiente escolar racista e excludente?

2.2 Dislexia

Conforme os estudos da AABD (Associação Brasileira de Dislexia), “A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas. (Definição adotada pela IDA – *International Dyslexia Association*, em 2002. Essa também é a definição usada pelo *National Institute of Child Health and Human Development – NICHD*)”.

Conforme informações obtidas por meio da ABD (Associação Brasileira de Dislexia), o educador precisa ficar atento aos sinais tanto na pré-escola quanto em todo o percurso da idade

escolar. Fica a indagação: onde tem mais alunos com dislexia, nas boas escolas ou nas escolas ruins? E qual o perfil étnico racial do primeiro e do segundo aluno?

2.3 Possíveis Sinais na Pré-escola.

- Fraco desenvolvimento da atenção;
- Atraso do desenvolvimento da fala e da linguagem
- Dificuldade de aprender rimas e canções;
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora;
- Dificuldade com quebra-cabeças;
- Falta de interesse por livros impressos.

2.4 Alguns Sinais na Idade Escolar

- Dificuldade na aquisição e automação da leitura e da escrita;
- Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras);
- Desatenção e dispersão;
- Dificuldade em copiar de livros e da lousa;
- Dificuldade na coordenação motora fina (letras, desenhos, pinturas etc.) e/ou grossa (ginástica, dança etc.);
- Desorganização geral, constantes atrasos na entrega de trabalho escolares e perda de seus pertences;
- Confusão para nomear entre esquerda e direita;
- Dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas etc.

Fonte: Associação Brasileira de Dislexia.

2.5 Diagnóstico

A ABD (Associação Brasileira de Dislexia), adota os seguintes procedimentos para realizar o diagnóstico de dislexia: Consulta é realizada uma entrevista inicial com um neuropsicólogo e todas as queixas, dúvidas e sintomas do paciente/a, serão colocados pelo próprio paciente ou responsável (se o paciente for menor de 21 anos). É importante ressaltar que exames, bem como relatórios que têm relação com as dificuldades deverão ser apresentados ao profissional

mencionado. Contudo, ainda não existe um diagnóstico preciso para avaliar a dislexia. Dessa forma, algumas crianças, principalmente as que vivem num contexto de desigualdade social em algumas das situações são diagnosticadas equivocadamente.

2.6 Avaliação Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é formada por fonoaudiólogo, psicopedagogo e neuropsicólogo. Esses profissionais atendem crianças, adolescentes e adultos que apresentam transtornos como dislexia e outros transtornos no campo da aprendizagem. Essa equipe é convocada quando existe a necessidade de realizar um laudo para auxiliar os educadores, psicólogos e terapeutas para melhor compreensão acerca dos transtornos do seu paciente, aluno ou filho. É oportuno ressaltar que o trabalho em equipe multidisciplinar ocorre por meio da primeira entrevista quando acontece o acolhimento dos pacientes adultos e dos pais dos pacientes menores de 18 anos. Essa primeira entrevista acontece com as profissionais: psicólogas, neuropsicólogas, essas se colocam à disposição para ouvir as queixas, os problemas do paciente, o seu histórico de vida, as situações em que se apresentam. E a partir dessa entrevista o/a profissional vai averiguar se o caso do paciente cabe avaliação. Se a avaliação se aplica ao caso, são marcadas consultas com a psicóloga/neuropsicóloga e com outros profissionais: fonoaudiólogo e psicopedagogo. Cada área aplica os testes específicos conforme a faixa etária do paciente. Após a coleta de dados os profissionais iniciam um período de estudos. O profissional avalia os dados que foram observados na sua área de atuação. A partir do momento em que os exames complementares estiverem prontos e disponíveis à equipe é realizada uma reunião em que cada especialista apresenta o resultado obtido na sua área específica. Nesse encontro já fica aclarado o resultado, os tipos de encaminhamentos e quais as intervenções e necessárias para o distúrbio em discussão. Por fim, a neuropsicóloga realiza uma entrevista devolutiva, com o paciente ou pais do menor para apresentar o resultado do processo de avaliação, bem como as possíveis intervenções.

2.7 TPAC

Às vezes a criança e o adolescente apresentam dificuldades de aprendizagem, mas nem sempre são compreendidas no contexto escolar. Dessa forma, é importante que o educador, psicopedagogo e todos que estão envolvidos com o processo educativo conheçam o Transtorno de Processamento Auditivo (TPAC) para auxiliarem os alunos que sofrem com esse tipo de transtorno.

Entende-se por TPAC a alteração ou ausência de habilidade, na recepção, análise e processamento da informação que chega pela via auditiva. O indivíduo acometido por esse tipo de transtorno apresenta dificuldades em localizar, reconhecer, memorizar, discriminar, e entender a fala, mesmo quando a audição periférica se encontra nos padrões da normalidade. A pessoa não consegue fazer uma análise ou interpretar o que ouve em situações cotidianas e de aprendizagem. Segundo os estudiosos, o TPAC pode ocorrer com outros transtornos de atenção (TDAH). As pesquisas apontam que o TPAC pode originar problemas na vida do indivíduo como: psicoemocionais, educacionais e sociais. Pode também comprometer a compreensão da fala, o desenvolvimento das habilidades linguísticas, a capacidade de perceber os sons, e dessa forma, compromete o aprendizado e acarreta prejuízos para o educando.

O diagnóstico do TPAC é realizado de forma multiprofissional onde várias avaliações são necessárias como: fonoaudiológica, neuropsicológica, neurológica e psiquiátrica. Contudo, a avaliação específica é feita por um fonoaudiólogo e esses testes são realizados em uma cabine acústica por meio de fones auriculares através desses são aplicados os testes. É oportuno esclarecer que os testes em questão são realizados em indivíduos a partir de 6 anos.

O tratamento auditivo é feito pelo fonoaudiólogo, onde ocorrem mudanças significativas no ambiente. Conforme as pesquisas esse tratamento só é possível porque o cérebro dos humanos é um órgão que tem a capacidade de mudar reorganizar suas conexões neurais, mas para que isso ocorra é necessário que seja realizada adequadamente exercícios práticos e estimulação por meio de estímulos verbais e não verbais em contextos diversos. Cabe lembrar que a intervenção direta envolve pais e educadores no tocante a adaptação da nova rotina. De acordo com a revisão da literatura as pessoas acometidas com o TPAC apresentam as seguintes características de comportamento:

- “Fala muito: Hã?, O que?”;
- Tem dificuldades em entender piadas ou duplo sentido;
- Os problemas de matemática são difíceis de interpretar;
- Tem dificuldade em contar um fato ou história;
- Possui dificuldade em seguir uma sequência de tarefas que lhe foi falada;
- Tem fala diferente de outras crianças da mesma idade;
- Tem dificuldades para ler ou escrever ou outras dificuldades escolares;
- Faz inversões de grafemas (letras) Tem alterações na noção de lateralidade;
- Tem agitação, hiperatividade ou apatia;
- Há dificuldade em compreender a mensagem acústica em ambientes ruidosos;
- Dificuldades quanto à comunicação oral e escrita, do comportamento social;
- Na criança há dificuldade de manter a atenção durante explicações verbais;
- Dificuldades de memorizar nomes e frases;
- Atrasos no desenvolvimento da linguagem.

As características mencionadas acima demonstram que um indivíduo que sofre de TPAC carrega uma carga de sofrimento muito grande e que essa angústia deve afetar também a dinâmica da família, além dos prejuízos na vida acadêmica. Sendo assim, é fundamental que o psicopedagogo tenha noção desse transtorno e consiga contribuir para o tratamento dessa pessoa por meio de encaminhamento aos profissionais competentes, caso surja no seu ambiente profissional clínico ou institucional pessoas com essa característica.

3. AUTOESTIMA E RACISMO

Neste capítulo, procurei compreender de que forma o racismo afeta a saúde mental da criança com ênfase no adolescente e, de qual forma compromete a autoestima. A princípio terei como referência os estudos com base na obra “A autoestima do seu filho” (Briggs, 2000). Aqui a autora faz um percurso sobre a base da saúde emocional, o preço dos espelhos deformados, a armadilha dos reflexos negativos entre outros. Para continuar os estudos serão apresentadas algumas das reflexões do psiquiatra e pesquisador (FANON,2020) no tocante a depreciação, abadônico e dor psíquica do indivíduo (preto e pardo) e, as sequelas que o racismo desencadeia na vida dessas pessoas. Serão adicionadas leituras e contribuições de outros estudiosos a fim de elucidar esta questão. Aqui pretende-se refletir acerca da possível relação entre racismo e o problema de aprendizagem.

3.1 Autoestima

O processo educativo pode ser uma via de acesso ao resgate da autoestima, da autonomia e das imagens distorcidas, pois a escola é o ponto de encontro e de embate das diferenças étnicas, podendo ser instrumento eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação do preconceito pelas crianças negras.

(MENEZES APUD FASSON,217, P.31)

Vários estudiosos abordaram a questão da autoestima como alicerce importante para a saúde emocional do indivíduo. Dessa forma, deve-se trabalhar a criança desde suas primeiras infâncias a fim de que essa base comece a se formar cedo. Para elucidar esta questão, a autora faz a seguinte definição: “Autoestima é a maneira pela qual uma pessoa se sente em relação a si mesma. É o juízo geral que faz de si mesma – o quanto gosta de sua própria pessoa”. (BRIGGS, 2000). Continuando com a autora, a autoestima é um sentimento, tranquilo, sereno, de autorrespeito e um reconhecimento do próprio valor. Quando o sentimento está incorporado a pessoa se sente segura em ser ela mesma. Mas quando o indivíduo se sente depreciado, principalmente nas primeiras infâncias poderá acarretar consequências. Para complementar a reflexão da autora, foi importante trazer o olhar do autor referenciado abaixo:

A depreciação afetiva sempre leva o abandonado a um sentimento de exclusão extremamente angustiante e obsessivo, de está de sobra em todo lugar, afetivamente falando [...]. Ser “o outro” é sentir-se sempre em posição instável, e manter-se em alerta, pronto para ser repudiado [...] fazendo inconscientemente tudo o que é preciso para que a catástrofe prevista ocorra.

É impossível estimar adequadamente a intensidade do sofrimento que está associado, em parte as primeiras experiências de exclusão da infância, toda a pungência das quais ele traz de volta à vida.

(FANON,2020,p.90)

A criança ou o adolescente (pretos e pardos) se sentem depreciados, abandonados e excluídos no contexto social. Aqui, o contexto ao qual me refiro é a escola. Dessa forma, é possível diante de tanta dor psíquica manter uma aprendizagem satisfatória? Gostar do ambiente escolar? Diante do contexto, quando os educandos apresentam dificuldades de aprendizagem, é possível “colocar carimbos, sem avaliar as origens do problema”?

O público-alvo desta pesquisa é a criança. Logo, é importante trazer a questão do abandono desde as primeiras infâncias a fim de que possamos elucidar algumas das questões raciais mais à frente. Continuando com o autor citado, ao se sentir abandonada, as crianças passam a desenvolver sentimentos negativos sobre si, e, isso poderá afetar todo o seu percurso existencial, conforme citado abaixo:

A primeira característica parece ser o medo de se mostrar tal como é. Existe, nesse caso um amplo domínio de medos os mais diversos: medo de desapontar, de desagradar, de incomodar, de enfadar..., e, por conseguinte, de perder a chance de criar com outrem um laço de simpatia ou, caso ele já exista, de prejudicá-lo. O abandonado dúvida que possam amá-lo como ele é, pois viveu experiência cruel do abandono no momento em que se oferecia à ternura alheia criança pequena que era e, portanto, sem artificios.

(FANON,2020, p.92)

O desenvolvimento intelectual ocorre em equilíbrio com o crescimento emocional. Dessa forma, quando as necessidades emocionais das crianças são negligenciadas, elas têm menos possibilidades de alcançar sucesso na escola. “O homem com fome não tem motivação para aprender nos livros. Ele tem primeiro que matar sua fome para depois concentrar-se no estudo”. (BRIGGS,2000). Continuando com a linha de pensamento da autora, a criança que se percebe como um fracasso, tem pouca motivação para se lançar aos desafios, pois suas energias são debilitadas.

Imaginem o sofrimento psíquico de uma criança ou adolescente que é excluída, massacrada, sofre violência física e verbal pelo fato de serem pretas ou pardas? Provavelmente elas terão um

rendimento intelectual abaixo do esperado devido ao abalo emocional. Logo, percebemos a provável relação entre racismo e “problemas de aprendizagem”. Como se constituir enquanto sujeito da aprendizagem convivendo com acúmulo de repressão oriundo de um racismo silencioso?

Para formar um autoimagem elevada a criança e adolescente necessitam de serem cercados de reflexos positivos (aceitação, respeito, inclusão, entre outros), caso contrário, teremos no futuro pessoas com a confiança abalada, na alienação, vivendo e convivendo com um tipo de defesa neurótica e sentimentos de insatisfação. (BRIGGS,2000).

Prosseguindo com a autora, quando a criança é aceita e amada no ambiente onde atua (família escola e outros) ela se sente amparada e esse sentimento é refletido nas suas atividades. Em se tratando da escola, percebe-se que a criança excluída tende a demonstrar esse sofrimento psíquico por meio da aprendizagem. (fracasso escolar, evasão, faltas às aulas e afins...). De acordo com a autora, não é de caráter definitivo, e assim sendo, embora, uma vez formada, não seja impossível modificá-la. Pode-se afirmar que se a criança ou o adolescente tiver a autoestima abalada, mas mudar de ambiente, (a escola) e, nesse novo cenário entrarem em contato com experiências positivas (acolhimento, respeito, empatia, sensibilidade e a confirmação de que ela é um ser importante), sua auto imagem será ressignificada e provavelmente ela terá sucesso nas atividades intelectuais, no convívio social e assim por diante. Bem, para que essa mudança exista é fundamental que as escolas reavaliem os seus papéis no sentido de fomentar o respeito às diversidades.

3.2 Racismo praticado nas escolas

A escola deveria ser um espaço de troca entre os diferentes, deveria contribuir com a formação e fortalecimento da identidade de estudantes pretos e pardos, valorizar a formação do povo brasileiro a qual se constituiu e continua se constituindo por meio de uma miscigenação; mas caminha ao oposto da diversidade e em alguma das situações constrói um ambiente excludente onde estudantes pretos e pardos se sentem rechaçados, conforme relatado pelas pesquisadoras:

No artigo “A criança (negra) e a educação” (1979), Luiz, Salvador e Cunha Jr. destacaram o ideal de branquicidade presente na sociedade brasileira, com o desenvolvimento de sentimento de inferiorização do negro, transmitido para as crianças por diferentes canais de educação – destacando a educação familiar, escolar e as brincadeiras entre pares. No âmbito da família, colocaram a educação da criança negra no sentido da assimilação: “O objetivo

dessa educação é formar o preto bem-comportado, reproduzir o preto obediente, submisso e prestativo, tendo requisitos para ser o preto bem sucedido na sociedade branca.

(LUIZ,SALVADOR, *apud* FASSON, 1979, p. 70).

No plano do relacionamento aluno-aluno e professor-aluno, a instituição escolar reproduz em seu micromundo o esquema estrutural de relação brancos e negros da sociedade brasileira que, como se sabe é uma relação de dominação- subordinação, ou seja, uma relação assimétrica (...). Neste ponto, longe de ser corretiva, a escola estimula (...) a reprodução desse sistema não igualitário, a ponto de alunos negros mais sensíveis se recusarem a ir à escola para assim evitarem situações constrangedoras.

(PEREIRA, *apud* FASSON, 1987, p.28).

É lamentável, mas muitas das escolas operam a serviço de um racismo estrutural, subtrai a formação da identidade negra, reforça padrões negativos acerca do negro, exterioriza baixa expectativa com relação ao desempenho intelectual desse grupo, entre outros... As pesquisadoras foram atentas e sensíveis ao perceber que:

[...] a própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e a aluna negros e pobre. Essa exclusão concretiza-se de maneiras diversas: por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência ou pela presença superficial da discussão da questão racial no interior da escola; pela não-existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores/as; pela baixa expectativa dos professores/as em relação a esse aluno/a; pela desconsideração de que o tempo de trabalho já faz parte da vida do aluno/a negro/a e pobre; pela exigência de ritmos médios de aprendizagem, que elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem considerar a produção individual do aluno e da aluna negra, assim como de alunos de outros segmentos étnicos/raciais.

O processo educativo pode ser uma via de acesso ao resgate da autoestima, da autonomia e das imagens distorcidas, pois a escola é o ponto de encontro e de embate das diferenças étnicas, podendo ser instrumento eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação do preconceito pelas crianças negras.

(MENEZES, *apud* FASSON, 2003, p. 30).

4 A RESPONSABILIDADE DO PSICOPEDAGOGO FRENTE A QUESTÃO DO RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR: Olhares diversos e reflexões possíveis

Bem, antes de cobrarmos a responsabilidade social do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento do racismo, precisamos convidar as instituições responsáveis pela formação do profissional em discussão para refletir sobre a forma como esse curso é estruturado, e se os conteúdos que são oferecidos aos alunos dialogam de alguma forma com as pautas raciais. Em prosseguimento serão apresentados argumentos sobre a importância do psicopedagogo se posicionar sobre o tema em questão no contexto escolar a fim de que o educando possa vivenciar sua aprendizagem de forma respeitosa e plena.

Para sustentar esse argumento será importante fazer uma retrospectiva em duas linhas de pensamentos dos educadores, a saber: de acordo com os ensinamentos de Wallon apud Galvão (1993) a idade escolar é uma fase muito importante para o desenvolvimento da criança levando em consideração aspectos sociais e psicológicos. Logo, percebe-se que uma criança ou adolescente aprisionada pelo racismo terão esses aspectos comprometidos. É importante que ao chegar nessa etapa a criança encontre um ambiente onde possa se sentir segura e atravessada por afetos e ternuras. Na mesma linha de pensamento (Vygotsky (1996). Afirma: “O aprendizado ocorre por meio da interação do indivíduo com o mundo ao redor”. Bem, “interação” não dialoga com um contexto escolar racista. É nesse sentido que a pesquisa procura convidar o psicopedagogo para refletir sobre a sua responsabilidade social no tocante ao enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Para compreender melhor a questão do preconceito de cor foi importante adicionar a essa pesquisa a visão do estudioso do tema em discussão:

O preconceito de cor nada mais é do que um ódio irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que consideram inferiores a si e, próprios e, subsequentemente, o amargo ressentimento daqueles que são subjugados à força e com frequências insultadas. Como a cor é um sinal externo mais visível da raça, tornou-se o critério a partir do qual se julgam as pessoas, sem levar em conta suas conquistas educacionais e sociais. As raças de pele clara passaram a desprezar as raças de pele escura e estas se recusam a aceitar por mais tempo a condição apagada que se pretende impor a elas.

(FANON,2020, p.133)

4.1 O papel do psicopedagogo na sociedade

De acordo com os estudos vistos ao longo desses anos, pode-se dizer que a atuação do psicopedagogo ocupa um espaço amplo no contexto social. E o profissional em questão poderá atuar em várias áreas, a saber: (escolas, empresas e hospitais) de forma preventiva (identificar os problemas futuros que poderão prejudicar a aprendizagem do aluno tanto de forma individual quanto no ambiente escolar). De forma terapêutica tratando do problema já instalado por meio de intervenções. O psicopedagogo também pode contribuir com a prática docente por meio de formação para profissionais da educação na escola. É função desse profissional descobrir possíveis perturbações que estejam prejudicando o processo de aprendizagem; interagir com as dinâmicas dos colaboradores da escola a fim de promover um espaço onde a troca seja possível e contribuir para ampliar a compreensão sobre as características de aluno bem como do ambiente no qual está inserido; fomentar um ambiente onde a análise e reformulação de práticas educativas sejam possíveis. Fonte: Associação Brasileira de Psicopedagogia. Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia.

A inexistência de pautas étnicas - raciais na maioria dos cursos de psicopedagogia deixa lacunas na formação do psicopedagogo e dessa forma o profissional em discussão não possui ferramentas que sejam capazes de compreender, analisar as sequelas oriundas do racismo. Posto isso, fica a indagação: podemos afirmar que a maioria dos cursos de psicopedagogia está cumprindo o seu papel social? E, se esse papel está sendo cumprido, ele está a serviço de quem?

4.2 Bullying: ou “cortina de fumaça no racismo”?

Bullying. Abordar a questão do bullying nesta pesquisa é necessária porque através das observações no contexto escolar percebe-se muitas agressões racistas denominadas de “bullying”. Para aclarar essa questão será apresentado abaixo a fala da autora:

A palavra bullying ainda é pouco conhecida do grande público. De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Dentre esses comportamentos podemos destacar as agressões, os assédios e as ações desrespeitosas, todas realizadas de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores. É fundamental explicar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes, geralmente, não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Isso significa dizer que, de forma quase

“natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como mero objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de humilhar, e amedrontar suas vítimas. E isso, invariavelmente, produz, alimenta e até perpétua muita dor e o sofrimento das vítimas.

(SILVA,2010, p.21)

A fala da autora nos mostra que o ambiente escolar que deveria ser um espaço de respeito às diversidades, em algumas das situações se apresenta como uma "negação à diversidade". E, assim sendo, qualquer semelhança com o sofrimento pelo qual os estudantes pretos e pardos vivenciam não é coincidência, porém o assunto abordado é o bullying. Acredito que diante do contexto apresentado acima, cabe a seguinte indagação: falar sobre o bullying “exclusivamente” não é uma forma de mascarar o racismo? Onde termina o bullying e começa o racismo nas escolas?

4.3 Henri Wallon – Um olhar humanista sobre a educação

Por que trazer as reflexões de Wallon para uma pesquisa cujo tema é Racismo no contexto escolar? Porque Wallon partiu do estudo da criança porque acreditava que esse era o caminho mais certo para compreender as implicações dos processos psicológicos. O estudioso teve como foco algumas áreas, a saber: cognitiva, afetiva e motora. Dessa forma, ele procurou estudar o indivíduo na sua totalidade. A escola idealizada por Wallon, deveria criar oportunidade onde o aluno encontrasse condições de se desenvolver de modo integral, ou seja, afetivo, intelectual e social. Uma criança que convive em um ambiente escolar onde sua estrutura mental é abalada e sua auto imagem é destruída porque é preta ou parda provavelmente não terá condições de se desenvolver de acordo com a teoria Walloniana. E se a escola atua de uma forma silenciosa no tocante ao sofrimento que o educando sofre em consequência do racismo e, ver a aprendizagem desse indivíduo “aprimorada” e, segue o seu percurso imersa na cegueira, de novo não está agindo conforme os princípios difundido por Wallon. Essa escola pode afirmar que atua de acordo com os valores defendidos por Wallon conforme mencionado acima?

Pode-se dizer que a questão da afetividade no ambiente da pedagogia antes de Wallon não tinha muita relevância. Os estudos do educador ressignificam o olhar de muitos educadores acerca da importância de articular a afetividade com a educação. Os estudos de Wallon estão centrados na psicologia genética e psicologia do desenvolvimento. Para melhor compreensão do leitor é importante conceituar as psicologias em discussão: Bem, antes de conceituar as psicologias em

questão é importante não confundir as psicologias mencionadas com a epistemologia genética, criadas e desenvolvidas pelo biólogo Jean Piaget. Essa teoria procurava compreender o percurso que o indivíduo faz para construir o conhecimento, ou melhor, o estado de não conhecimento para o estado de conhecimento. Já a psicologia genética se preocupou em entender como se originam a aprendizagem. A psicologia do desenvolvimento se fundamenta nas origens dos processos psicológicos. Para desenvolver a teoria em questão, Wallon utilizou recursos das seguintes áreas: antropologia, psicologia, neurologia entre outras.

Diante do que foi exposto acima, fica claro que um ambiente onde o educando se sente excluído pelo fato de ser preto ou pardo não será favorável para o seu desenvolvimento no campo cognitivo e social. Se o psicopedagogo perceber essa atmosfera, e silenciar, será que ele está realmente cumprindo o seu papel social, bem como atuando de acordo com os ensinamentos de Wallon?

Para o estudioso o desenvolvimento infantil não acontece de maneira constante e sem interrupções. O desenvolvimento em questão é marcado por interrupções originadas por crises e conflitos. E, essas alterações provocam o amadurecimento do sistema nervoso, oferece novas condições orgânicas, dessa forma, leva o pensamento a elaborar novas situações do meio social. Continuando com o autor, esses conflitos e crises são importantes porque é através dele que surge o pensamento e a inteligência. É importante que o educador compreenda essas oscilações comportamentais como travessia natural para o desenvolvimento e sedimentação da inteligência e, não seja encarada como um problema de aprendizagem.

5. PROJETOS PEDAGÓGICOS, A TEORIA POSTA EM PRÁTICA: UM OLHAR HUMANISTA ACERCA DA DESIGUALDADE SOCIAL E DO RACISMO

Este capítulo propõe apresentar projetos pedagógicos e sociais que estão em ação e têm contribuído para combater o racismo e a desigualdade social. Isso comprova-se através de iniciativas que deram certo no Brasil, como Pró-Saber, no RJ, o Afro-reggae no Rio, e o Axé em Salvador. É oportuno afirmar que os idealizadores desses projetos viram na arte uma potência para o ensino e aprendizagem e por meio dela têm contribuído com crianças e adolescentes (integrando e reintegrando à escola, potencializando a autoestima, profissionalizando, despertando o desejo de aprender, sonhar e, em algumas situações resgatando-as do submundo do crime).

Refletir acerca da arte nas escolas faz necessário trazer o aluno para o centro da discussão porque o indivíduo educado por meio da arte é capaz de conquistar uma autonomia e senso crítico diante das questões sociais e políticas; uma vez que o ensino da arte contribui para a construção de uma identidade autêntica tornando o educando em um ser humano sensível, transformador e socializado e conseqüentemente instrumentalizado para enfrentar e combater o racismo no contexto social.

5.1 Instituto Pró-saber

Fundadora: Maria Cecília Almeida e Silva. O Instituto existe há 34 anos, tem o reconhecimento do Ministério da Educação, foi premiado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), possui programa de graduação, pós-graduação e um laboratório de pensamento que tem como objetivo preparar professores para a vida.

Criação: de acordo com a fundadora professora Dra. Maria Cecília, começaram a atender crianças com dificuldades de aprendizagem. Mas, a educadora com um olhar sensível e atento às questões sociais percebeu que a maioria dos problemas de aprendizagem tinha origem de um ensino ruim. A partir dessa percepção partiram para atuar em uma escola. A educadora relata várias coincidências nesse percurso, uma delas foi um encontro com uma jovem do Morro dos Cabritos, a aluna da PUC, que atuava no morro em questão. Esse encontro deu muitos frutos, a saber: a creche foi fundada, educando foram letradas e, aprenderam a ler o mundo. Ou seja, para além da

alfabetização os estudantes aprenderam a desenvolver o senso crítico, autonomia e passaram a sonhar e, se realizar enquanto sujeito de direito e de deveres,

É oportuno informar que a filosofia se expandiu para além do Rio de Janeiro e desde de o ano de 2003 o Instituto Pró- Saber atua em outros três projetos, a saber: na comunidade de Paraisópolis. Lá, a equipe trabalha com o objetivo de reduzir a desigualdade social através da garantia do direito da criança de “Ler e Brincar”. O segundo projeto está localizado no Vale do Cuiabá, os educadores estão atuando desde 2011, com o projeto pedagógico, bem como pela supervisão da Escola de Educação Integral Padre Quinha (Colégio de Aplicação do Pró- Saber. E por fim, o projeto Vira-Mundo, na região de Brejal , localizada no distrito de Paraisópolis.

Fonte: <http://www.prosaber.org.br/>

5.2 Afro-reggae:

Tudo começou em 1993, no Rio de Janeiro, com a produção de um jornal o qual procurava abordar temas sobre o reggae e movimentos culturais e tinha como objetivo elevar à autoestima dos jovens pobres e negros que viviam naquele universo. Começaram pela favela de Vigário Geral, mas as pessoas além da informação necessitavam de algo mais: elas queriam formação e qualificação. Era um pequeno grupo de pessoas expostas a violência generalizada. Esse grupo criou um tipo de interação com a comunidade a qual possibilitou gradativamente mudanças na vida dessas pessoas. Eles começaram a dar aulas dos temas noticiados como ritmos e danças afro. É oportuno lembrar que o grande “pano de fundo” desse movimento foi a chacina de Vigário Geral e da Candelária no Rio de Janeiro (foram assassinados pretos e pardos). Nesse período de tanta barbárie o sociólogo Betinho lança a Ação da Cidadania. E também começam a surgir grupos musicais afro de resistência, como O Rappa, o Cidade Negra, dentre outros.

Liderar uma instituição não é fácil, mas liderar nesse contexto é um grande desafio como relata o líder: “Todos os meus amigos da adolescência morreram. Não porque era melhor que eles, mas acho que dei sorte, sempre ouvi muito minha intuição. No Afro-reggae, hoje, temos gestores formados e capacitados internamente, os quais trabalham muito com a intuição, principalmente porque são todos empreendedores que trabalham diariamente com o risco de morte, de tomar tiro nas favelas onde atuamos”. Foi criado o Núcleo Comunitário de Cultura em 1993, e tinha como meta desenvolver atividades de amparo a jovens carentes e com possibilidades de se envolver com a

criminalidade. As atividades realizadas pelo núcleo em discussão eram: dança, percussão, futebol, reciclagem de lixo e capoeira. A partir de 1997, esse núcleo se consolidou e passou a contar com o apoio de artistas como Caetano Veloso, Regina Casé, dentre outros. Atualmente têm em ação 65 projetos dentro e fora do Brasil.

Fonte: RH News – Revista da Associação Brasileira de Recursos Humanos. Ano 14. No. 144. Fevereiro de 2008 – Distribuição Dirigida.

5.3 Projeto Axé em Salvador:

Em 1990 nasceu na cidade de Salvador, Bahia, o Projeto Axé. Essa instituição foi criada pelo italiano de Florença, Cesare de Florio La Rocca (ele nos deixou em 15-09-21). Esse projeto foi delineado no contexto da democratização do Brasil, bem como da elaboração da nova legislação democrática, e teve a colaboração do mestre Paulo Freire. SI, Paulo Freire (o mestre atacado pelas mentes fascistas). O objetivo do Projeto Axé era de criar um espaço educativo para suprir as necessidades pedagógicas dos “filhos e filhas da exclusão social”. Procurava resgatar aqueles que já se encontravam na condição de “meninos e meninas de rua”. Ou seja, “meninos da miséria”. A figura do educador de rua foi imprescindível para que esse projeto desse certo conforme afirma o idealizador:

Por meio da figura do educador de rua, o Axé estimula permanentemente os jovens a construir um projeto de vida novo e renovador, onde estes passam a se reconhecer não apenas como sujeitos de direito, mas também, sujeitos de desejo. O Axé superou o conceito instrumental da arte, não concebida apenas como um instrumento para educar, mas sendo, ela própria, educação.

(Rocca, 2004, p.)

Os jovens do Axé aprendem e vivenciam várias linguagens artísticas com duplo objetivo: educativo e profissionalizante. Para esclarecer melhor essa questão o idealizador do projeto afirma:

A arte é um direito fundamental de cada ser humano e que assume um papel especial na vida de jovens que procuram realizar o ideal harmonioso do Projeto Axé tendo na Ética e na Estética os pilares de um novo projeto de vida. O Axé acredita piamente que Ética Estética e Arte educação constituem-se no processo mais adequado para a construção de uma vida digna para os meninos e as meninas que a sociedade já tinha condenado à exclusão definitiva. Atividades desempenhadas no Projeto Axé: dança capoeira, música, artes visuais e moda Axé.

(Rocca, 2004, p.1)

O Projeto Axé existe há mais de um quarto século. E por meio de suas atividades pedagógicas, quase 30.000 crianças, adolescentes e jovens subtraídos da pobreza educativa foram beneficiados. Hoje são profissionais que atuam em várias frentes, a saber: dança, educação, artes, entre outras . O Projeto Axé é uma Organização Não Governamental que trabalha para desenvolver o potencial ilimitado dos jovens. São atendidos crianças e jovens de 5 a 21 anos, desses jovens atendidos pelo projeto aproximadamente 40% são meninas. Por meio do processo educativo e artístico o Axé luta para salvar vidas do trabalho infantil e da exploração sexual mendicância, tráfico de droga dentre outros. Bem, percebe-se pelos relatos dos idealizadores que os educandos (a maioria pretos e pardos) que são atendidos por meio desses projetos estão caminhando e desenvolvendo suas “múltiplas inteligências”, superando suas dificuldades de aprendizagem porque encontram e encontram um ambiente escolar e acolhedor onde o respeito à dignidade da pessoa é posto em prática através de ações pedagógicas focadas na diversidade.

Fonte: <http://www.projetoaxe.org> > brasil

Considerações Finais

De acordo com as minhas observações no contexto escolar, bem como as pesquisas bibliográficas ao longo desse percurso, ficou aclarado que não é fácil para a criança e o adolescente preto e pardo chegarem à escola e se sentirem atravessados por afetos (o racismo é praticado tanto por alunos quanto por professores). E se esse ambiente for frequentado pela maioria branca, esses educandos terão grande chance de serem rechaçados e conseqüentemente terão sua aprendizagem prejudicada; logo percebe-se que nesse contexto, racismo e problemas de aprendizagem andam de mãos dadas.

Pode-se afirmar que o Brasil vive uma falsa democracia racial. Essa hipocrisia fica evidente quando olhamos para as boas e ótimas escolas. Qual é o público e a cor da pele desses estudantes? E onde estão as piores escolas? Qual o seu público e qual a cor da pele desses estudantes? Dessa forma, pode-se dizer que a maioria dos “problemas de aprendizagem” tem cor e endereço. No entanto, é mais fácil “carimbar” o aluno do que assumir o racismo estrutural existente nas escolas, oriundo de uma desigualdade social brutal.

Um outro ponto que foi levantado é a responsabilidade social do psicopedagogo no tocante ao enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Todavia, antes de cobrarmos o profissional em questão, precisamos convidar as instituições responsáveis pela formação desse profissional, para refletir acerca da forma como esse curso é estruturado, se os conteúdos que são oferecidos aos alunos dialogam de alguma forma com as pautas étnicos - raciais, visto que a maioria dos pensadores que predomina nesse curso é de origem europeia e distante da nossa realidade sócio cultural. Enquanto o pensador preto e pardo (principalmente, o brasileiro) não se sente representado nesse universo, bem como no corpo docente onde a maioria é branca. Dessa forma, fica difícil refletir os problemas de aprendizagem também à luz do racismo, visto que faltam exemplos e práticas. Essas lacunas são evidentes ao percebermos que muitos dos psicopedagogos não possuem condições para identificar problemas de aprendizagem desencadeados por eventos racistas.

Existe um tema que tem sido muito politizado nas instituições de ensino “bulling”. A meu ver, o grande problema em trazer “apenas” o *bullying* para o debate seja inviabilizar ou até mesmo “jogar cortina de fumaça” nas questões raciais. Dessa forma, cabe às instituições de ensino investir mais em projetos pedagógicos que fomentem o respeito à diversidade; onde seja possível todos

serem e existirem independente de perfil ético. Mergulho na minha “lúcida utopia” e caminho acreditando que esse seja o papel da educação.

Provavelmente, a evasão escolar “exclusão escolar”, tomo emprestado o termo do mestre Paulo Freire, tem implicações nas questões raciais e os eventos racistas poderão comprometer a saúde mental das crianças e adolescentes (pretos e pardos) e conseqüentemente prejudicar desenvolvimento cognitivo. Esses “filhos da exclusão” são empurrados para situações de vulnerabilidades, entre elas: vícios, situação de rua, crimes, entre outros. Talvez, combater o racismo seja uma das formas de evitar a evasão escolar e contribuir para a diminuição da criminalidade a qual muitos desses jovens são empurrados.

Contudo, podemos perceber que ainda que seja de uma forma tímida, existem pessoas que independente do perfil étnico-racial estão engajadas em políticas pedagógicas que tem como objetivo diminuir a desigualdade social e, conseqüentemente racial. Esses educadores por meio da arte, cultura e educação “ressuscitaram” e continuam “ressuscitando” o futuro de muitos jovens que a sociedade insistiu e ainda insiste em “abortar”. Deixo aqui, merecidamente, os meus aplausos para o Instituto Pró-Saber, Projeto Axé e Afro- reggae.

São fortes e profundos os laços que me uniram à esta pesquisa que enfrentei muita dificuldade em manter um distanciamento (no lugar de mulher negra...). Me senti no mesmo mar dos estudantes, mas navegando em “barcos diferentes” por ter me mobilizado na pirâmide social e hoje fazer parte de uma classe média. Posso afirmar que foi uma experiência (rica, dolorosa e, atravessada por muitas identificações psicológicas...). Reconheço que esta pesquisa apresenta frases fortes, mas não poderia ser diferente porque o tema que foi abordado “sangra e, chora...”. Infelizmente, percebemos que o fizeram com os negros no período da escravidão continuam fazendo, mas de uma forma mais “sofisticada” no sentido mais bizarro da palavra... O racismo no Brasil é estrutural, dessa forma o negro é impedido de conviver numa ordem igual. Esta estrutura nefasta alimenta uma mão de obra escrava e útil (para uma classe hipócrita e conservadora). Muitos desses indivíduos (pretos e pardos) que se submetem a realizar trabalhos escravos evadiram das escolas. Ou seja, foram excluídos conforme afirma o educador Paulo Freire.

Diante de tudo que foi pesquisado sinto a obrigação moral e social de formar um grupo de educadores e psicopedagogos de etnias diversas a fim de refletir acerca dos problemas de aprendizagem dos estudantes pretos e pardos. Acredito que pensar este tema coletivamente,

aprimorar as ideias e fazer os ajustes necessários será um ganho para a psicopedagogia e para a sociedade. Tomo a liberdade e lanço o convite a todos e todas!

Esse foi apenas um ponto de partida para fomentar o debate acerca da Possível Relação entre Racismo e Problemas Aprendizagem no ambiente escolar, psicopedagógico e a fins. Por se tratar de um tema vasto, complexo e caro à sociedade, a pesquisa continua...

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.
- BRIGGS, Dorothy Corkille. **A auto-estima do seu filho**. Martins Fontes, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.
- SILVA, Clarissa Brito, O enegrecer psicopedagógico: um mergulho ancestral / Clarissa Brito da Silva. –Rio de Janeiro: ISEPS, 2020. –39
- DIANGELO, Robin, Não basta não ser racista Sejam antirracistas. Ed. Faro Editorial, 2020.
- D. W WINNICOTT, **Tudo começa em casa**. Martins Fontes, São Paulo, 1999.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed.3 de abr. de 2017
- FASSON, Karina. Raça, infância e escola: etnografia entre crianças em escola municipal de São Paulo. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015
- FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branco e negro em São Paulo**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 1996
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.
- FREUD, Sigmund. **A sexualidade infantil. Três ensaios sobre uma teoria sexual**, 1905.
- GALVÃO, Izabel. **Uma reflexão sobre o pensamento pedagógico de Henri Wallon**. In M. Leila Alves (coord.). Construtivismo em revista. São Paulo, FDE, 1993, Ideias no 20.
- HENRIE Wallon: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil** Izabel Galvão
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1996

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva S.A, 2016.

ROHDE, Luiz Augusto, **professor Titular de Psiquiatria da UFRGS e Professor da Pós-Graduação em Psiquiatria da UFRGS e da Universidade de São Paulo (USP)**. Atua como Coordenador-Geral do Programa de Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) do HCPA. É pesquisador nível 1A do **Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)** e Vice-coordenador do Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento para a Infância e Adolescência.

ROTTA, NTETAL. **Transtornos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006

Ratts, Alex, and Flavia Rios. *Lélia Gonzalez*. Selo Negro, 2014.

SMiTH, Corinne; STRiCK, Lisa. *diicultades de aprendizagem de a-Z: guia completo para educadores e pais*. Porto Alegre: Penso, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Editora Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Globo Livros, 2009.

VYGOTSKY, Marta Kohl de Oliveira. **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico série pensamento e ação no magistério**. São Paulo: Editora *Scipione*, 1995